

Sugestões de Simonsen e Bulhões

por Klaus Kleber
de São Paulo

A articulação entre entidades empresariais para fazer baixar o custo do dinheiro passa atualmente por um debate amplo antes de serem apresentadas sugestões concretas ao governo. Uma nova contribuição foi dada ontem pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que considerou viáveis a redução ou mesmo eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos internos e sua compensação, em termos de receita fiscal, através do aumento do IPI e possivelmente do imposto de importação. Além disso, Simonsen acha possíveis revisões dos tetos impostos para os empréstimos em cruzeiros, "já que me parece mais importante controlar a base monetária, que é a causa, do que o valor dos ativos, que é efeito".

Em entrevista que concedeu ao editor Reginaldo Heller, no Rio, o ex-ministro foi enfático ao afirmar que "a política de controle rígido da base monetária deve



Mário Henrique Simonsen

ser mantida a todo custo e qualquer mudança no momento somente tornaria mais exorbitante o preço que o País deveria pagar dentro de alguns meses. Ele atribuiu também às alterações da política econômica no final do ano passado uma "razoável recuperação da credibilidade externa da economia brasileira".

Outra sugestão sua é uma definição mais explícita entre os índices de preços, correções monetária e cambial, que aumentaria o estímulo dos empresários nacionais para buscar mais recursos no exterior, como consta de estudo preparado pelo Centro de Estudos Monetários da Fundação Getúlio Vargas, encaminhado ao governo há alguns meses pelo ex-ministro da Fazenda, Octavio Gouvêa de Bulhões.

Também ouvido por este jornal, Bulhões comentou que é preciso eliminar as incertezas com relação ao cruzeiro, uma das razões para uma demanda menor de empréstimos externos e elevação do dinheiro interno. Dentro da mesma linha, poderia ser instituído o contrato de câmbio futuro, sem pré-indexação, que permitiria "compatibilizar a taxa de câmbio adequada para estimular a balança comercial sem desestimar a captação de empréstimos".

Os industriais paulistas exploram outros caminhos. Ontem, a diretoria executiva da FIESP chegou a um

consenso sobre dois pontos, segundo o seu presidente Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho. O primeiro é propor ao governo que todos os empréstimos dos bancos de investimento sejam efetivados sem correção prefixada, mas com correção em aberto ou "apurada". Quer a FIESP também que o governo fixe um teto para o "spread" cobrado pelos bancos privados quando do repasse de recursos tomados no exterior.

A entidade, contudo, não decidiu ainda formalizar nenhuma proposta ao governo e não manteve novos entendimentos com os banqueiros, que, segundo o vice-presidente da Federa-

ção Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua da Rocha Diniz, continuam de "plano". O que já está firmado é o interesse das duas partes em que o governo pague de imediato a sua dívida para com as empresas e que a Previdência Social salde seus débitos para com os bancos, reivindicações que o governo está disposto a aceitar.

Este mês, houve um desembolso de Cr\$ 40 bilhões, sendo Cr\$ 20 bilhões da Eletrobrás, para pagar dívidas atrasadas, disse ontem o ministro do Planejamento, Delfim Netto, ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, durante encontro em Brasília. O ministro disse também a Franco que está atento às preocupações dos empresários diante da elevação das taxas de juros e que o governo deve prosseguir adotando "tratamentos especiais" para as pequenas e médias empresas. Delfim declarou-se também receptivo a um diálogo com entidades representativas do empresariado a nível nacional.

O presidente da CNI chegou ontem a São Paulo, para uma permanência de dois dias, devendo ter um encontro hoje pela manhã com o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, e com líderes sindicais do ABC.